SINTAXE DOS CASOS EM LATIM: O ACUSATIVO

Marco Antonio Abrantes de Barros Godoi (UERJ)

RESUMO: O estudo da sintaxe latina requer o conhecimento da estrutura casual das palavras na frase, pois se tratando de uma língua flexional, as palavras sofrem alterações sufixais para desempenharem um sentido na construção frasal e do pensamento latino. A partir do reconhecimento desta característica da língua latina, iremos estudar aqui o caso acusativo, caso que se relaciona com o que denominamos na sintaxe do português, principalmente, o objeto direto. Mas no latim o acusativo possui outros empregos, como o adverbial etc.

PALAVRAS-CHAVE: Sintaxe; acusativo; acusativo adverbial

SYNTAX OF CASES IN LATIN: THE ACCUSATIVE

ABSTRACT: The study of Latin syntax requires knowledge of the casual structure of the words in the sentence, since, being an inflectional language, the words suffer suffix changes to play a meaning in the phrasal construction and Latin thought. Based on the recognition of this characteristic of the Latin language, we will study here the accusative case, a case that is related to what we call in Portuguese syntax, mainly, the direct object. But in Latin the accusative has other uses, such as the adverbial etc.

KEYWORDS: Syntax; accusative; accusative adverbial

1. Introdução:

A palavra sintaxe vem do grego e se aplicou à gramática latina, significando ação de coordenar, arranjar ou por ordem nos elementos da frase, isto é, do pensamento, assim se separando da análise mórfica e da análise fonética. Assim a sintaxe trata da oração que é a junção de palavras que formem um pensamento completo. Como exemplo: *A vida é boa*. Mas também devemos acrescentar outro conceito de sintaxe, que é a expressão oral ou mesmo transcrição oral nos textos que trazem um contexto situacional como estados anímicos do falante ou personagem como exemplo: *Coragem!*

A construção frasal latina tem por característica o emprego de palavras que adquirem um sufixo marcador de função sintática que é denominado caso. Quando esse

sufixo é acrescido à raiz da palavra, ela sofre uma alteração de cunho concreto ou abstrato, assim havendo a inserção de uma função para a raiz na oração latina.

Na língua latina clássica encontraremos seis casos: o nominativo, o vocativo, o acusativo, o dativo e o ablativo; neste artigo trataremos dos casos nominativo e vocativo. O caso acusativo aqui analisado vem de uma etimologia equivocada por parte dos romanos em relação à gramática grega, pois em grego o caso significava, não derivado do verbo acusar, mas do conceito de “resultado produzido por uma causa verbal.”.

2. O caso acusativo:

Pelos gramáticos latinos, o caso grego αἰτιατικὴ πτῶσις, foi traduzido como o caso que se relaciona com o processo de verbos de acusação, vem desta errônea tradução do termo αἰτιατικὴ, o nome *accusativus casus*; mas, na realidade, o que os gregos tinham em sua nomenclatura com o caso correspondente o conceito de αἰτιατόν, isto é, um conceito filosófico estabelecido por Aristóteles que determina um “resultado produzido por uma causa”. O que nos conduz a pensar o caso como o resultado direto de uma ação verbal sobre algum ente.

A morfologia do caso acusativo tem por sufixo número casual o *-m*, no singular e o *-s*, no plural. O caso também expressa uma relação de espaço e tempo para a pergunta *aonde*, por exemplo *eo Graeciam* (vou para a Grécia). Sendo assim este caso apresenta dois aspectos distintos, um que determina o complemento direto, isto é, a pessoa ou a coisa afetada pela ação verbal, e outro que determina uma direção espaço-temporal.

3. Acusativo propriamente dito:

O acusativo propriamente dito é o caso do emprego primeiro deste caso.

O Acusativo externo:

É empregado para expressar uma ação que se projeta em entes já existentes. Este expressa uma ação do sujeito que modificará o objeto de sua ação, por exemplo: *edo panem* (como um pão); ou expressa uma função assimilatória de um fato: *video te* (vejo-te). A questão semântica dos verbos terá uma influência significativa na regência dos mesmos, verbos intransitivos como *sitire* (ter sede) pode ser transitivado, por exemplo *Aestas sitit agros*. (O verão dá sede aos campos). Isto indica que a transitividade ou intransitividade do verbo depende da perspectiva subjetiva da pessoa que emprega a

língua. No caso do exemplo acima, o “narrador” emprega o conceito de transitividade pelo causa que o verão provoca nos campos. Um outro exemplo para se analisar é por exemplo o caso do verbo *habitare*, que, a princípio, determinaria um local, mas adquire um sentido transitivo ao assinalar o conceito de se colocar no sentido de se ocupar de um determinado espaço afetando-o diretamente, **centum urbes** habitant **magnas** (Verg. Aen. 3, 106) (eles habitam cem grandes cidades).

O acusativo interno:

É empregado para expressar uma ação que resulta numa nova causa eficiente, ou que transforma-se em uma causa eficiente no sujeito da ação. Verbos que podem ser considerados com acusativo interno são verbos que expressam algum tipo de alteração dos sentimentos como *lamentari*, *ridēre* etc. Exemplo: *lamentor mortum patrem* (lamento o pai morto). O ato de lamentar pode ser intransitivo, mas aqui o que causa a lamentação do sujeito recai no fato de haver um pai morto.

Verbos compostos por prevérbios como *circum-ire*, por influência, tornam verbos intransitivo em transitivos diretos, exemplo *circumire urbem* (cercar a cidade). As preposições *circum*, *per*, *praeter* e *trans*, ao serem empregadas como prevérbios apontam para este mesmo caso.

Alguns verbos transitivos se convertem em intransitivos devido a especialização do processo verbal, como exemplo *bibo* designa uma ação geral de beber, mas *poto*, beber exageradamente, embriagar-se pode se transformar em verbo intransitivo.

O acusativo interno também provém de equivalência semântica, tendo uma equivalência etimológica ou não, por exemplo: *tutiozem vitam vivere* (Cíc. Verr.,2,118) (viver uma vida mais segura). Tanto *vivere* quanto *vitam*, possuem a mesma raiz.

Acusativo de resultado:

O acusativo de resultado, regido por *verba efficiendi*, isto é, por verbos que estabelecem a ideia de fazer, construir engendrar, representa o resultado permanente que dura além da ação verbal, por exemplo *Romulus Romam condidit* (Rômulo fundou Roma.), a ação de fundar resulta na existência da cidade de Roma posteriormente a ação acabar.

Acusativo de conteúdo (acusativo interno):

Segundo Ernesto Faria, se trata do acusativo interno, acima já citado. Bassols apresenta um outro aspecto deste, o aspecto de ação continuada enquanto houver o efeito, por exemplo *vitam vivere* (viver a vida). Tanto o processo verbal quanto o seu resultado permanecem. Este tipo de acusativo serve muito para a construção de pleonasmos.

Bassols arrola o acusativo de conteúdo pela etimologia como no exemplo *vivere vitam*, aproximação semântica como no exemplo *ire viam* (caminhar, ir a caminho). O acusativo com sentido mais restrito ao processo verbal com a omissão implícita do sentido como *bacchanalia vivere* (viver as bacanalias), isto é, viver uma vida consagrada a Baco. Os pronomes *id, hoc, illud, multum, plus, plurimum, paulum, minus, haec, pauca, multa cetera, tantum, quantum*, são muito empregados como acusativo de conteúdo por estabelecer um conceito abstrato que resulta de uma ligação indireta ao resultado da ação verbal, por exemplo: *ea laetari* (Catil.51,29) (alegrar-se com estas coisas) (*eas laetitias*).

4. Usos derivados do acusativo:

Acusativo de relação:

O acusativo de relação é empregado para designar a parte de uma pessoa ou coisa que tenha sido afetada pela ação verbal, como por exemplo: *faciem* mutatus (Verg. Aen. 1,658) (mudado quanto ao rosto), observamos que a tradução tende a empregar termos como *quanto a, em relação a* etc. Observamos que ele é empregado também no sentido de voz média do verbo, isto é, quando o verbo resulta em algum efeito na pessoa do sujeito que pratica a ação, como por exemplo *induor vestem* (me ponho o vestido) (eu me visto). Geralmente verbos que indicam a parte do corpo que é afetada pela ação do sujeito, verbos com sentido de vestir, cobrir. Outros verbos como os que indicam idéia de coroar, tampar, ornamentar, desnudar, e, como consequência, seus participios acabam empregando um acusativo de relação, como por exemplo *nudus pectus* (desnudado quanto ao peito). Outro emprego do acusativo de relação é na função de adjunto adnominal, por exemplo: *flava comam* (loira em relação a cabeleira). Neste caso, o que se passou na língua latina foi o processo de analogia do participio com os adjetivos, mesmo sendo adjetivos sem nenhuma concepção semântica de ação como o adjetivo *flavus, -a, -um*.

Acusativo de extensão:

O acusativo de extensão é empregado para determinar a extensão do tempo ou do espaço, provavelmente com a concepção de uma idéia de ação agindo em uma determinada extensão de tempo ou de espaço, por exemplo: *vixit decem annos* (viveu dez anos), no tempo; no espaço: *ambulavit decem milia pedum* (andou dez milhas). Este tipo de acusativo é empregado com verbos do tipo *ire, progredi, distare, abesse*, etc; tem um valor adverbial mas pode ser também interpretado como uma acusativo de conteúdo, por

exemplo: *tridui viam progredi* (Caes. Bell. Gall. 4,4,4) pode ser interpretado pelo acusativo de conteúdo, sendo traduzido (Caminha um caminho de três dias) ou como um acusativo de extensão (Caminhar durante três dias). Outros verbos que podem aplicar o acusativo de extensão são os verbos *esse*, *ponere*, *locare*, quando querem determinar um espaço ou tempo determinado, por exemplo: *esse tres noctes distans* (estar três noites de distância daqui).

Adjetivos que se referem a esfera de extensão do tempo e do espaço também empregam um acusativo de extensão como por exemplo *turris viginti pedes alta* (uma torre com cerca de vinte pés de altura). Estes mesmos adjetivos, se transformados em advérbios também pedem um acusativo de extensão.

O adjetivo *natus* emprega o acusativo de extensão no tempo para indicar a idade do ser, por exemplo *filius meus decem annos natus* (meu filho tem dez anos).

Estes empregos do acusativo de extensão podem ser substituídos por ablativo, por exemplo *refrigerat totam noctem* ou *refrigerat tota nocte*. (está frio por toda noite ou em toda a noite).

Acusativo adverbial:

Na realidade se trata de palavras em acusativo que se “petrificaram” e são empregadas como advérbios, isto é, não se declinam mais nos demais casos. Outros substantivos podem também adquirir valor adverbial, mas declinam-se nos demais casos como *primum*, (primeiramente como adv.) Certos advérbios em latim têm origem no caso acusativo, determinado como acusativo de conteúdo que ganhou um significado adverbial, assim se tornou invariável, são exemplos advérbios com terminação *-tim*, como *statim*, *caesim*, *passim*, *tractim*, originários de nominativos em *-sis* ou *-tis*, por exemplo *statim stant signa* (as estrelas estão em sua posição). *Clam* e *palam* são acusativos adverbiais que indicam extensão no espaço, *clam* (às escondidas, secretamente) e *palam* (em público, claramente). *Foras* (do lado de fora, exteriormente) é um acusativo adverbial de direção. *Partim* (em parte, a parte) e *vicem* (no lugar de , como) são advérbios aposicionais oriundos de acusativo. São acusativos adverbiais oriundos de adjetivo: *primum*, *multum*, *tantum*, *aliquantum*.

Acusativo exclamativo:

O acusativo exclamativo é empregado para expressar uma surpresa, uma admiração ou indignação, são exclamações que fazem a elipse do verbo, tratando-se de uma linguagem mais emocional que racional, por exemplo *me miserum!* (miserável de

mim) (me vejo miserável). Com o emprego adquiriram uma força de expressão e a elisão verbal se fez definitivamente oculta.

Duplo Acusativo:

O emprego de dois acusativos como complemento verbal se faz quando cada um tem significação particular, um acusativo externo e outro de direção ou duração, por exemplo: *Romam aliquem mittere* (enviar alguém a Roma). *Romam* é a direção e *aliquem* o acusativo externo.

Certas construções frasais que o verbo tem um acusativo externo como *animum advertere* (dirigir o ânimo) adquirem matizes semânticas que permitem ressignificar o verbo como expressão de outros verbos como *observare*, *intelligere*, neste caso, assim podendo usar um duplo acusativo: *hanc edictionem nisi animum advertistis omnes*. (Plaut. Pseud. 143) (prestates atenção a esta edição a não ser todas). Verbos que expressam movimento e possuem prefixos como *circum* e *trans*, tais como *circumdare* e *traducere*, regem duplo acusativo, por exemplo: *equitum magnam partem flumen traiecit* (Caes. Bellum Civile, 1,55,1) (Ele atravessou o rio a grande parte da cavalaria).

Verbos que tem dois acusativos, um de pessoa e outro de coisa, são verbos que acabam construindo frases cruzadas como *celo aliquem* (pessoa) (oculto alguém e *celo aliquid* (oculto algo) acabam se cruzando na mesma oração a pessoa e a coisa, por exemplo: *celo te adventum fratris* (escondo de ti o advento do teu irmão), os verbos *doceo rogo, oro, postulo etc.* utilizam-se desta regência de duplo acusativo.

Verbos que regem um complemento direto e uma determinação predicativa do complemento regem duplo acusativo sendo o primeiro acusativo o complemento e o segundo o resultado da ação sobre o complemento, por exemplo: *is me heredem facit* (Plaut. Poen. 1070) (ele me fez seu herdeiro). Verbos como *facio, reddo, eligo, desingo* são os verbos que terão esta dupla regência de acusativo.

Outro emprego de acusativo em que um verbo pode reger duplo acusativo quando se indica um todo e a parte deste todo (substituindo o genitivo partitivo), como por exemplo *ferire aliquem caput* (ferir alguém na cabeça (quanto a cabeça)). Este acusativo que remete a idéia da parte concorre com o genitivo partitivo.

Acusativo de direção:

O acusativo de direção (lativo) de caráter eminentemente gramatical é empregado para responder a direção **para onde**, empregado geralmente com preposição, sendo a principal *ad*. É empregado sem preposição quando indica nome de cidade s ou de ilhas pequenas, por exemplo: *Curius primum Romam quattor elephantos duxit* (Eutr. 2.14)

(Cúrio primeiramente conduziu quatro elefantes para Roma.) ou *me missisti Rhodum* (me enviaste a Rodes). Por influência de Homero, a partir de Virgílio, o uso ou não de preposição se tornou facultativo para ilhas maiores ou outros lugares, por exemplo: *ibitis Italiam* (Verg. Aen. 3,254) (ireis para a Itália).

5. Considerações finais:

A sintaxe em latim é denominada de sintaxe dos casos devido ao emprego de sufixo no nome para estabelecer a relação do nome na construção da frase. Sabendo que, na língua latina clássica encontramos um total de seis casos com empregos diversos, aqui tratamos do estudo do caso acusativo. A nomenclatura gramatical latina, oriunda do empréstimo do grego, sofreu influência não só de sua formação arcaica da língua, mas também da influência da gramática grega. Verificamos que o caso acusativo foi assim denominado por um equívoco de tradução do termo grego αἰτιατόν, interpretado como caso dos verbos acusativos. Mas na realidade o conceito originário grego vem de Aristóteles que determinou o acusativo como o caso como *resultado direto de uma ação de um sujeito sobre um ente*.

Também podemos identificar que a complementação sintática deste caso para os verbos, não importa se transitivos ou intransitivos, tem uma certa dependência da variação semântica dos verbos, proporcionando uma variação de regências para o mesmo verbo dependendo do significado.

Por fim, também constatamos que o acusativo concorre com o caso ablativo em certos empregos, nos casos em que o acusativo é empregado derivadamente do caso anterior, isto é, do acusativo propriamente dito, assim o latim vai ampliando, através do tempo, a flexibilidade do emprego deste caso, que futuramente se transformará no caso lexicogênico da parte Ocidental das línguas românicas.

6. Referências Bibliográficas:

CLIMENT, Mariano Bassols de. **Sintaxis latina**. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. 1992.

_____. **Sintaxis histórica de la lengua latina**. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. 1945.

ERNOUT & MEILLET. **Syntaxe latine**. Paris: éditions Klincksieck, 2^a. ed, 1993.

FARIA, Ernesto. **Gramática da língua latina**. Brasília: FAE, 1995.

SARAIVA, F.R. dos Santos. **Novíssimo dicionário latino-português**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 10^a.ed. 1993

SERBAT, Guy. **Les structures du latin**. Paris: Picard, 4eme ed. s.d.